

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.575 - SC (2019/0134912-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : CLOTILDES DORALICE QUINTINO  
**AGRAVANTE** : CREONICE OSVALDINA SILVA DO NASCIMENTO  
**AGRAVANTE** : CRISLEIDI GODOI JOVINO  
**AGRAVANTE** : CRISTIANE MAIR DE OLIVEIRA COSTA  
**AGRAVANTE** : CRISTIANO JOÃO DA SILVA  
**AGRAVANTE** : CRISTIANO JOÃO SAGÁS  
**AGRAVANTE** : CRISTINA ADÃO  
**AGRAVANTE** : CRISTINA NUNES GONCALVES MAIA  
**AGRAVANTE** : DAIANE CRISTINA MACHADO SAGÁS  
**AGRAVANTE** : DALCEMA IRACEMA ANGELO MARIANO  
**ADVOGADOS** : SAULO BONAT DE MELLO E OUTRO(S) - PR024636  
HEROLDES BAHR NETO - PR023432  
FABIANO NEVES MACIEYWSKI - PR029043  
**AGRAVADO** : CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A  
**ADVOGADO** : LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(S) - DF001530A

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação das Súmulas n. 7 do STJ e 282 do STF (e-STJ fls. 682/685).

O Tribunal de origem negou provimento ao apelo dos agravantes, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 493):

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. VAZAMENTO DE ÓLEO DE TRANSFORMADORES NA SUBESTAÇÃO DESATIVADA DA CELESC. MARICULTURA. ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM GOVERNADOR CELSO RAMOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DOS AUTORES. EMBARGO QUE AFETOU A REGIÃO POR APENAS QUATRO DIAS. TEMPO INSUFICIENTE PARA IMPEDIR O CULTIVO E A EXTRAÇÃO DOS MOLUSCOS. ATO LESIVO NÃO CONFIGURADO. DANOS MATERIAIS E MORAIS NÃO COMPROVADOS. NEXO DE CAUSALIDADE ROMPIDO. DEVER DE INDENIZAR INEXISTENTE. SENTENÇA MANTIDA. HONORÁRIOS RECURSAIS ARBITRADOS. RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 514/518).

No recurso especial (e-STJ fls. 520/535), com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, os recorrentes apontaram negativa de vigência dos arts. 104 do CDC e 21 da Lei n. 7.347/1985, sustentando, em síntese, a necessidade de suspensão das ações individuais.

Alegaram também afronta aos arts. 43, 55, § 1º, 59 e 976 do CPC/2015, pretendendo a anulação do acórdão recorrido por impossibilidade de modificação de competência jurisdicional por "conexão imprópria".

Por fim, sustentaram ofensa aos arts. 927 do CC/2002, 374 do CPC/2015 e 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981, argumentando que o recorrido deveria reparar os danos do vazamento de óleo.

Ofereceram-se contrarrazões (e-STJ fls. 635/643).

No agravo (e-STJ fls. 687/697), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 700/707).

É o relatório.

Decido.

A tese apresentada pelos recorrentes quanto à impossibilidade de modificação da competência jurisdicional por "conexão imprópria" não foi tratada na origem, carecendo assim de prequestionamento e sofrendo, por conseguinte, o empecilho das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Quanto à necessidade de suspensão das ações individuais, constata-se que tal argumento não foi expressamente debatido pelo Tribunal de origem, faltando-lhe, desse modo, o indispensável prequestionamento. Assim, inviável a análise dos arts. 104 do CDC e 21 da Lei n. 7.347/1985, a teor da Súmula n. 211 do STJ. Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ALEGADA ILIQUIDEZ DO TÍTULO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRECEDENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A matéria referente aos arts. 783 e 803, do CPC de 2015 não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).

2. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

3. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp n. 1.098.633/MG, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 15/9/2017.)

O Tribunal de origem enfrentou as questões de inexistência de ato lesivo e ausência de comprovação de danos materiais e morais nestes termos (e-STJ fls. 812/815):

Em suas razões, afirmam os apelantes que a ampla divulgação negativa na mídia sobre a possível contaminação dos peixes, ostras e mariscos cultivados, independentemente de estarem ou não na área embargada, causou enorme prejuízo, não só material, mas também moral aos autores e suas famílias, motivo pelo qual pugnam pelo pagamento de compensação correspondente aos prejuízos de toda ordem supostamente sofridos.

Razão não lhes assiste.

Isso porque, ainda que os demandantes afirmem terem sofrido danos patrimoniais - danos emergentes e lucros cessantes e morais, verifica-se, de todo modo, que o embargo

da atividade de pesca e maricultura perdurou por apenas quatro dias no local de domicílio dos autores e de exercício da atividade - Governador Celso Ramos - (fls. 198-204), tempo, portanto, insuficiente para impedir a extração dos moluscos ou comprometer a safra, mormente porque a região não foi atingida pelo vazamento de óleo, conforme atestou laudos técnicos acostados nos autos da Ação Civil Pública.

[...]

Ora, ainda que os apelantes afirmem terem sofrido com os reflexos negativos da repercussão midiática do episódio, verifica-se a inexistência nos autos de qualquer prova documental capaz de demonstrar os rendimentos geralmente auferidos com a atividade exercida anteriormente ao fato, imprescindível à parametrização das alegadas consequências sofridas com a queda da produção e comercialização dos organismos marinhos após o evento.

De igual modo, o depoimento da única testemunha colhido (fls. 739-740) tampouco forneceu elementos de convicção aptos a comprovar os arguidos danos, bem como a sua extensão.

Sendo assim, inexistente a demonstração do efetivo ato lesivo aos autores/pescadores, assim como a capacidade deste gerar prejuízo aos ofendidos - principalmente diante da não comprovação dos alegados danos materiais e morais sofridos, bem como da ausência de exposição pormenorizada do abalo anímico causado a cada um dos demandantes -, mostra-se patente o rompimento do nexo de causalidade e, consequentemente, o dever da ré indenizar os apelantes.

A ausência de prova do prejuízo, a afirmação de que a atividade dos recorrentes se realizava fora da área atingida e a conclusão de que os autores sofreram embargo de pesca por apenas quatro dias foram elementos centrais na fundamentação dos autos para o deslinde do caso examinado em minúcia pelo Tribunal de origem.

No presente caso, constata-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

Ante o exposto, NEGOU PROVIMENTO ao agravo. Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo. Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem (e-STJ fl. 66), deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
Relator